

**EXPANSÃO URBANA EM BRASÍLIA/DF: AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO E RISCOS AOS MANANCIAIS DAS BACIAS DO RIACHO FUNDO E PARANOÁ**

Wilson Martins de Carvalho Junior

Geógrafo e mestre em Geografia / [wilson.carvalho@projecao.br](mailto:wilson.carvalho@projecao.br)**RESUMO**

Este estudo busca investigar e analisar os processos de uso e ocupação do solo no Distrito Federal, principalmente a transformação de áreas rurais e áreas de restrição à ocupação para fins urbanos, transformações essas que aconteceram de forma irregular, oriundas da ausência de um planejamento urbano efetivo. A Área da Colônia Agrícola Vicente Pires foi vítima desse processo, ou seja, num curto espaço de tempo foi transformada, de área rural, para área urbana. Nesse sentido, é viável afirmar que essa transformação impactou fortemente nos dois corpos d'água existentes na área, Córrego Samambaia e Córrego Vicente Pires. Argumenta-se, portanto, que as conseqüências ambientais dessa transformação estão relacionadas à falta de políticas públicas na área habitacional – as classes média e média alta ficaram sem lugar na cidade, motivo da expansão urbana sobre áreas impróprias para ocupação – a um governo local altamente populista e a ação de atores que, percebendo este quadro, aproveitaram-se para comercializar lotes e terras com a promessa de regularização fundiária. Os impactos para esse dois corpos d'água são particularmente críticos porque os mesmos compõem a microbacia do Riacho Fundo e esta última compõe a Bacia do Paranoá, uma das fontes de abastecimento do Distrito Federal. A desproteção desses mananciais implica em sérios riscos à sua conservação e manutenção, resultando em graves prejuízos para a coletividade e o meio ambiente

**Palavras-chave:** Recursos Hídricos. Impactos Ambientais Urbano. Expansão Urbana.

**ABSTRACT**

This study aims to investigate and analyze irregular land use and occupation processes in the Federal District (Brazil), mainly the transformation of rural areas and areas restricted from urban use, that resulted from the lack of effective urban planning. The *Vicente Pires Agricultural Colony* was affected by this process. In a short period of time, the area was transformed from a rural to an urban area. This transformation strongly affected the two streams existing in the region, *Samambaia* and *Vicente Pires Streams*. The environmental consequences of this transformation are related to the lack of public policies in the developed areas – the middle and upper classes no longer wished to live in the city and therefore forced urban expansion into areas that were inappropriate for occupation. Added to this was a highly populist local government and interested parties who, perceiving the situation, took advantage of the occasion to sell land and lots, with promises of legal landownership. The impact on the two streams are particularly critical since they are part of the *Riacho Fundo* microbasin, which is part of the *Paranoá* Basin, one of the sources of freshwater for the Federal District. Leaving these freshwater sources unprotected will lead to serious risk to their preservation and maintenance and result in serious harm to the population and the environment.

**Key-words:** water resources. urban environmental impacts. urban expansion.

## 1 Considerações Iniciais

A maior parte da população ao redor do globo terrestre vive nos núcleos urbanos, especialmente no Brasil. Essa concentração, ligada a um crescimento quase sempre acelerado e desordenado, tem provocado impactos ambientais dos mais diversos, além de variados conflitos, sejam fundiários, institucionais, sociais e, principalmente, ambientais. Segundo Guerra e Cunha (2001), essa concentração urbana no Brasil é da ordem de 80% da população, de modo que um dos principais problemas relacionados com as ocupações urbanas são os impactos ambientais, o que está levando as cidades a um caos ambiental urbano com custo extremamente alto para a sociedade. Tais impactos estão relacionados, principalmente, à contaminação de mananciais, superficiais e subterrâneos.

Brasília, visando amenizar tais problemas, é uma cidade planejada e concebida através da ação estatal. Sua concepção visou atender a ânsia de modernidade, urbana e ambiental e uma nova proposta de reformulação e ordenamento urbano como fator de mudanças e melhorias sociais, além do desbravamento do Planalto Central. Localizada na região centro-oeste do Brasil, em uma área de 5.814 Km<sup>2</sup>, delimitada ao norte e a sul pelas coordenadas 15°30' e 16°30' latitude sul, respectivamente, a leste pelo Rio Preto e a oeste pelo Rio Descoberto está assentado o Distrito Federal. Localiza-se num planalto, com altitudes máximas de 1.100 metros. Está no divisor de águas dos Rios Maranhão e Paraná, que são formados na Estação Ecológica de Águas Emendadas. Na área da capital federal, o bioma predominante é o cerrado.

Brasília, portanto, por ter sido uma cidade planejada tem uma dinâmica territorial diferenciada, o que agrava ou ameniza a velocidade dos processos urbanos. O que se comprova, cabalmente, é que Brasília já não mais consegue compatibilizar crescimento urbano com práticas sustentáveis de uso e ocupação do solo, o que está gerando graves danos aos recursos hídricos, especialmente os corpos d'água que compõem a microbacia do Riacho Fundo, representada pelos Córregos Samambaia e Vicente Pires, localizados na Área da Colônia Agrícola Vicente Pires, microbacia esta que compõe a bacia do Paranoá. Carvalho Junior (2005) destaca que Brasília ter sido uma cidade planejada tendeu a dar ao espaço um caráter facilitador para a ocupação, mas pecou em não levar em consideração futuros adensamentos populacionais, o que marginalizou e segregou de forma severa o espaço urbano. A classe média, imersa em todo esse processo, se viu sem opções, ou seja, não podia continuar habitando a área central, devido ao alto custo, nem tampouco poderia seguir para as áreas periféricas, carentes dos aparelhos urbanos mais simples. A expansão do tecido urbano, avançando sobre Áreas de Preservação Permanente—APP, áreas rurais na forma de condomínios<sup>1</sup>, é resultado dessa encruzilhada e os impactos ambientais decorrentes são, somados a isso, resultado das forças sociais que movem todo o cenário urbano e o espaço, desfigurando a paisagem e impactando em, praticamente, todo o território.

## 2 Metodologia e Informações Utilizadas

Houve a mescla de trabalho bibliográfico e trabalho em campo. Nessa fase, o

---

<sup>1</sup> Segundo Governo do Distrito Federal (2006a), nessa forma de ocupação, que se alastra pelo Distrito Federal, há 545 mil pessoas que vivem em área irregular, onde 51% estão em terras públicas num total de 513 parcelamentos irregulares. Desses, 317 já são condomínios consolidados, onde 88 condomínios ficam em áreas desapropriadas e outros 229 estão em áreas particulares ou mistas.

objetivo principal foi debruçar-se sobre os principais mananciais da Bacia do Riacho Fundo, Córrego Samambaia e Córrego Vicente Pires, buscando, não só através das informações bibliográficas, mas também *in loco* fazer o reconhecimento da degradação dos mesmos, de modo a descortinar a realidade, objetivando caracterizá-los. Para tal, investigou-se o processo de transição de área rural para área urbana na antiga Colônia Agrícola Vicente Pires, bairro próximo à ambos e como se chegou ao cenário que hoje visualizamos, uma área repleta de condomínios, onde os dois cursos d'água estão sendo “engolidos” pelo tipo de uso e ocupação do solo vigente. Concomitante a isso, o trabalho bibliográfico estava sendo executado, analisando o que está publicado nos mais diversos meios acadêmicos. Mostrado o cenário/causas da ocupação, adentrar-se-á no mapeamento ambiental da área da Colônia Agrícola Vicente Pires e os dois corpos d'água. Essa fase compreendeu mapear os impactos ambientais gerados pela ocupação, comparando a área sendo rural e, atualmente, como uma área urbana. Para concluir esta parte de descrição instrumental, resta mencionar o uso de programas de geoprocessamento, tais como ENVI 4.2, ARC/INFO e ARCVIEW na confecção de mapas que ilustrarão o presente estudo.

### 3 Principais Hipóteses

Como este estudo busca investigar e analisar o processo de transformação da Colônia Agrícola Vicente Pires para uma área urbana e os impactos ambientais resultantes desse processo para os dois corpos d'água existentes, infere-se que as conseqüências ambientais dessa transformação estão relacionadas à falta de políticas públicas na área habitacional – as classes média e média alta ficaram sem lugar na cidade – a um governo local altamente populista e a ação de atores que, percebendo este quadro, aproveitaram-se para comercializar lotes e terras com a promessa de regularização da área. Os impactos ambientais da ocupação tornaram-se particularmente críticos porque a área da Colônia Agrícola Vicente Pires está em um local altamente suscetível à degradação, tendo em vista não só a presença de corpos d'água, mas sobretudo, nascentes, águas subterrâneas, além de solo e vegetação de grande importância para o ecossistema regional. O problema dessa transformação, de área rural para área urbana, está sendo a ocupação desordenada e irregular de uma área de preservação permanente, sem nenhum tipo de controle.

### 4 A História Ambiental do Distrito Federal

Para remontar a história ambiental do Distrito Federal, ou a dinâmica de desenvolvimento da capital, adaptar-se-á os recortes temporais elaborados por Steinberger (2003) e Cidade (2003).

#### 4.1 Primeiro período: de 1956 a 1973

O primeiro período, de 1956 a 1973, é composto principalmente pela construção da cidade. É caracterizado pelo grande crescimento populacional, devido à migração de mão-de-obra para construção da cidade. O Estado, nesse período, é o grande planejador, promotor, construtor, financiador e proprietário do solo urbano e rural. O Estado se firmou como grande proprietário através das desapropriações de terras. É um período pautado pelas ausências de planos de uso e ocupação do solo. Em 1956 é criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e, antes mesmo da criação da cidade, já

assentavam famílias nas cidades-satélites, bairros afastados do Plano Piloto. Cidade (2003) afirma que, a partir desse evento, já se “quebrou” o planejamento:

A primeira ruptura com a racionalidade modernista utópica foi a expansão não planejada do tecido urbano, por meio das cidades-satélites, para abrigar migrantes pobres. (Cidade, 2003, p. 163).

Já em 1956, nasce a Cidade Livre, hoje representada pelo Núcleo Bandeirante e Candangolândia. A época, a cidade já atingia a soma de 5 mil habitantes a apenas seis meses do início da construção da Nova Capital. Em 1958 é criada a cidade-satélite de Taguatinga. Cidade (2003), analisa as cidades-satélites:

Esses núcleos, cuja provisão habitacional era caracterizada pela autoconstrução, com o tempo receberam serviços públicos essenciais. Os padrões urbanísticos, contudo, não estavam à altura da suposta democracia desenvolvimentista que se pretendia inaugurar. O crescimento populacional acelerado que se seguiu aos primeiros anos contribuiu para o aumento das cidades-satélites e para a expansão periférica da capital. A criação das cidades-satélites resultou em níveis altamente diferenciados de qualidade de vida e de qualidade ambiental. (Cidade, 2003, p. 164).

Somente em 1966 que se iniciou um planejamento, pelo menos setorial, que mostrasse alguma preocupação minimamente ambiental, denominado de Código Sanitário. Logo depois, em 1970, veio o Plano Diretor de Água, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal – PLANIDRO. Nesse período se alavancou a criação de Unidades de Conservação – UC's. Steinberger (2003) afirma que:

Podemos afirmar que foram as ações ambientais setoriais as responsáveis pelo início do planejamento territorial no DF e pela busca de um entrelaçamento embrionário de preocupações ambientais entre o espaço natural e o urbano. (Steinberger, 2003, p. 274).

É, no final desse 1º período, que é instituída pelo Governo do Distrito Federal – GDF a Campanha de Erradicação das Invasões – CEI, em 1971. Sua intenção era transferir várias favelas e assentamentos para um local previamente definido e, evidentemente, afastado da racionalidade do Plano-Piloto, núcleo central da cidade. Dessa forma prosseguiu o planejamento urbano no Distrito Federal, com a criação de novos assentamentos e cidades-satélites, contrariando o projeto inicialmente proposto por Lúcio Costa. Nesse período, as cidades-satélites já reuniam 66% da população urbana do Distrito Federal. Onze cidades-satélites foram fundadas nesse período, atualmente denominadas Regiões Administrativas – Ra's.

#### **4.2 Segundo período: de 1974 a 1985**

O 2º período, compreendido entre os anos de 1974 a 1985, é marcado pela continuidade das migrações para a capital. Nessa fase, estão contidos os “governadores biônicos”, que eram nomeados. É o período final do mandato de Hélio Prates (1969-1974); o início do de Elmo Serejo (1974-1979) e, posteriormente, os mandatos de Aimé Lamaison (1979-1982) e o mandato de José Ornelas (1982-1985). É uma fase também caracterizada pela concepção de planos de uso e ocupação do solo e da continuidade de

criação de Unidades de Conservação – UCs, além da instituição do Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília, que estava contemplado no II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, início de políticas públicas para efetivação de um planejamento urbano. Em 1975, via decreto, elaborou-se o zoneamento sanitário do DF e, somente em 1978, concebeu-se o Plano de Expansão e Organização Territorial – PEOT. Em 1985, veio o Plano de Ocupação Territorial – POT, entretanto, sem aprovação legal. Cidade (2003), analisa esse período:

Diante das pressões migratórias originadas de uma dinâmica exógena, definida em escala nacional, diferentes políticas pouco puderam fazer para diminuir as pressões sobre a terra e os equipamentos urbanos no DF. Os efeitos sobre a qualidade de vida e a qualidade ambiental tornaram-se inevitáveis. (Cidade, 2003, p. 167).

Entre 1970 e 1976, nascem iniciativas estatais de atender a demanda habitacional no Distrito Federal refletidas, principalmente, pela criação da Sociedade de Habitações de Interesse Social – SHIS e a Companhia Imobiliária do Distrito Federal – TERRACAP, sucessora da anteriormente mencionada NOVACAP.

Em 1980, o número da população residente nas cidades-satélites subiu para 75%. Silveira (1999) constata que, entre 1979 e 1983 já haviam 85 mil favelados. Nessa fase não há fundação de nenhuma cidade-satélite. É também nessa fase que o Distrito Federal adquire a feição polinucleada. Nessa fase também, a enfraquecida indústria da construção civil dá lugar ao ramo imobiliário, que surge com perspectivas de ganhos astronômicos, baseados na falácia da ausência de terras disponíveis para uso e ocupação no Distrito Federal.

#### **4.3 Terceiro período: de 1986 a 1989**

O 3º período, dos anos de 1986 a 1989, foi o período marcado pela redemocratização do País. Embora benéfica em vários sentidos, essa redemocratização não impediu o avanço do desemprego, a miséria, de modo que as migrações continuaram para os grandes centros, especialmente Brasília. Nesse período, os governadores ainda mantinham as características “biônicas”, de modo que, de 1985 a 1988, o Distrito Federal foi governado por José Aparecido de Oliveira e de 1988 a 1990 por Joaquim Roriz.

Foi o período onde se inseriu a problemática ambiental nos fóruns distritais de tomada de decisão. Iniciaram-se as discussões acerca da criação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE e continuou-se com a criação das Unidades de Conservação – UCs por todo o território do Distrito Federal.

É nesse período que ocorre a criação da Coordenação de Assuntos de Meio Ambiente – COAMA, transformada posteriormente na Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – SEMATEC. Arquitetava-se, portanto, a Política Ambiental e de planejamento urbano no DF, via Lei nº 041 de 13/09/89 e regulamentada pelo Decreto nº 12.960 de 28/12/90 (Steinberger, 2003). Em seguida, foram criados o Fundo Único de Meio Ambiente – FUNAM e o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM, esse último, a partir da Lei Orgânica de 1993. É nesse período, mais precisamente nos anos de 1985-1987, que surge o documento Brasília Revisitada, de autoria de Lúcio Costa que efervesceu os debates sobre Brasília entre arquitetos, gestores ambientais e profissionais do planejamento urbano.

Contudo, a principal nuância da gestão do território no Distrito Federal desse

período é a tentativa, e consolidação, dos ganhos especulativos através dos parcelamentos irregulares de terras. Nesse 3º período, de 1986 a 1989, são fundadas as cidades-satélites de Samambaia (25/10/1989) e Paranoá, também em 25/10/1989.

#### 4.4 Quarto período: de 1990 aos dias atuais

O 4º período, iniciado em 1990 e compreendido até os dias atuais, iniciou-se com o pleito eleitoral democrático, resultando na eleição para governador de Joaquim Roriz, eleito para governar no período de 1991 a 1994. Seguiu-se a Cristovam Buarque, que governou de 1995 a 1998; E, novamente, o governador eleito foi Joaquim Roriz, assumindo durante os anos de 1999 a 2002, sendo reeleito para o período de 2003 a 2006. Em seguida, o governador do Distrito Federal foi José Roberto Arruda, eleito em 1º turno, todavia, envolvido em compra de deputados – o chamado Mensalão do DEM, esquema descoberto pela operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal – sendo preso em 11 de fevereiro de 2010, assumindo seu vice, Paulo Otávio, que renunciou e, em seguida, o Presidente da Câmara Legislativa, Wilson Lima e por fim, via eleição indireta, Rogério Rosso. Atualmente, o governador do Distrito Federal é Agnelo Queiroz.

Acerca do planejamento urbano nesse período, de 1990 aos dias atuais, cabe mencionar a criação do Plano de Uso e Ocupação do Solo – POUSO, validando o POT, do período anterior. Em seguida, 1992, é aprovado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, sendo seguido pela aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – PDOT, em 1997. Esse último insere novas nomenclaturas, ora fragmentando, ora conurbando áreas do Distrito Federal. Há as zonas urbanas, rurais, de uso controlado, de conservação ambiental, de proteção de mananciais, etc. Nesse período, as cidades-satélites se multiplicam, uma vez que 13 delas foram fundadas.

Nesse período, portanto, que se deu o maior número de fundações de cidades-satélites, número maior do que a época da construção da cidade propriamente dita. Esse período foi praticamente todo administrado pelo governador Joaquim Roriz, que estabeleceu seus “currais” políticos por meio de políticas habitacionais fraudulentas e de doações de lotes. Tal administração, ingerente com o território do DF, se refletirá para sempre no panorama ambiental e urbano da cidade.

Percebe-se, portanto, a grande diferença do “planejado” para o “ocupado” no Distrito Federal. A cidade desenvolveu-se ao redor do racional Plano-Piloto. As cidades-satélites concentram a maior parte da população do Distrito Federal. A migração vista nos períodos relatados foi o fator decisivo para expansão da cidade, entretanto, a falta de planejamento para assentamento desses migrantes se mostra como um dos fatores agravantes do cenário caótico que se encontra a capital federal em termos de uso e ocupação do solo. UNESCO (2000), ressalta os seguintes dados:

O território do DF perdeu quase 60% da cobertura vegetal original e cerca de 30% das espécies de árvores nativas em razão do intensivo processo de urbanização e do crescimento da ocupação agrícola (UNESCO, 2000 *Apud* Steinberger, 2003, p. 288).

O que também é corroborado por Steinberger (2003):

Há uma crescente e acelerada deterioração do patrimônio natural e da qualidade de vida no seu território, comprovando a ineficácia e a insuficiência dos tipos de ações até então empreendidas, pontuais e

fragmentadas. Toda a região do aglomerado já se encontra bastante comprometida em termos antrópicos. (Steinberger, 2003, p. 288).

Nessa medida se percebe, claramente, a intenção inicial com a preocupação no planejamento urbano da capital, mas que esse planejamento não se perpetuou com o decorrer dos anos. É perceptível também que, em Brasília, estimulou-se primeiro a ocupação para depois, e somente depois, prever ações no âmbito do planejamento urbano. Prova disso é a própria configuração territorial de Brasília, onde existem atualmente 30 cidades-satélites<sup>2</sup> ao redor do Plano-Piloto. A grande maioria dessas cidades-satélites nasceu para abrigar a população migrante desde a época da construção da cidade. Isso sem mencionar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, onde o Distrito Federal é considerado não só apenas pelo Plano-Piloto e cidades-satélites, mas também as cidades circunvizinhas ao mesmo. Nessa escala de análise, aumentam-se os problemas acerca dos processos de uso e ocupação do solo, tendo em vista a influência desses municípios limítrofes ao DF. Há, portanto, não só a deficiência no planejamento urbano do Distrito Federal mas, sobretudo, a gestão deficitária dos atores sociais no jogo da apropriação territorial. A transição entre o planejado e o real se auto-evidenciam em Brasília, refletindo na “expansão incontrolada e incontrolável do urbano pelo território, dando a impressão de que nada pode ser passível de preservação, conservação ou sustentabilidade”. (Peluso, 2003, p. 181).

A partir da dinâmica de uso e ocupação do solo até agora descrita, infere-se que o uso do solo urbano no Distrito Federal é, notadamente, desordenado, com um tecido urbano composto, mas de forma precária, oriundo da ausência de um planejamento urbano efetivo. A imagem abaixo ilustra tal dinâmica, mostrando a expansão da malha urbana, além das cidades-satélites no território que compreende o Distrito Federal:

Figura nº. 01 – Cidades-Satélites do Distrito Federal<sup>3</sup>



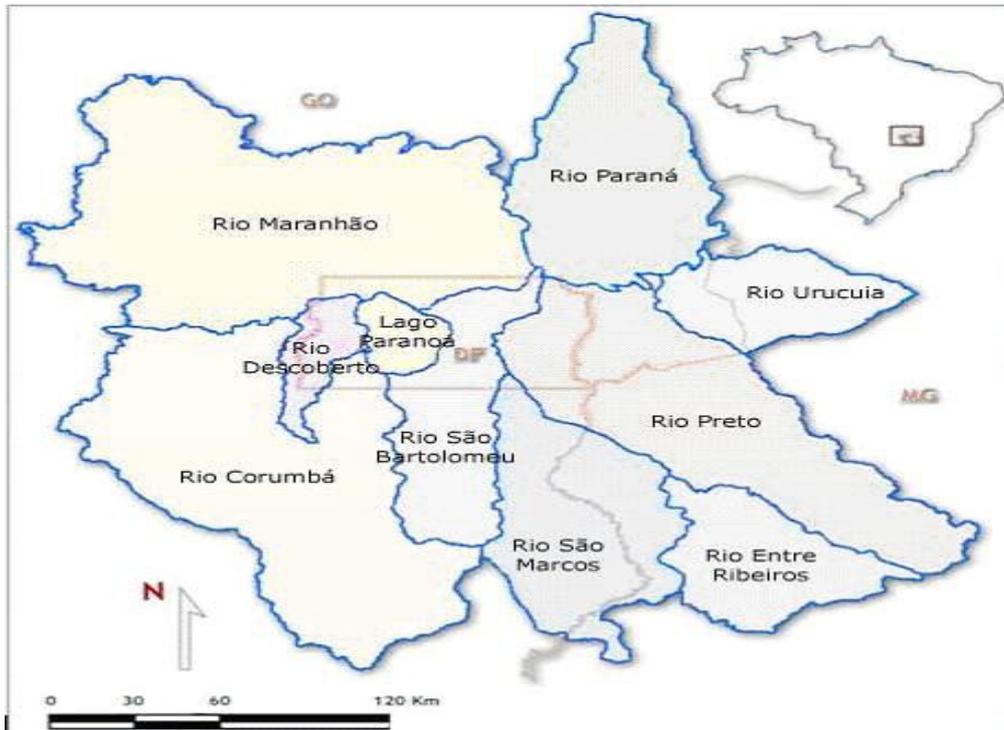
As imagens abaixo ilustram, comparativamente, a transformação urbana do território onde está assentado o Distrito Federal, segundo imagens do satélite LandSat 5 (figuras 02 e 03) e as respectivas bacias hidrográficas do DF (figura 04):

Figura nº. 02 – Imagem de Brasília em 1989, com demarcação da área de estudo<sup>4</sup>



Figura nº. 03 – Imagem de Brasília em 2002, com demarcação da área de estudo<sup>5</sup>



Figura nº. 04 – Bacias Hidrográficas contidas no território do Distrito Federal<sup>6</sup>

### 5 Caracterização da Área: Colônia Agrícola Vicente Pires e seus Cursos D'água

O Distrito Federal, como anteriormente descrito, se transformou e está se transformando radicalmente. Há uma nova realidade urbana estampada onde os mananciais estão sendo “engolidos” por conta da expansão urbana. O espaço da capital federal está se reestruturando, contudo, de forma precária e não planejada. Dentre várias situações de risco, para este estudo o recorte geográfico de análise será a área da Colônia Agrícola Vicente Pires pelos fatores, a seguir, explicitados.

A área da Colônia Agrícola Vicente Pires está delimitada pela margem esquerda do córrego Samambaia e margem direita do córrego Vicente Pires, segundo as coordenadas 15°45' latitude sul e 48°00' longitude oeste. Situada a 12 km do Plano-Piloto, a microbacia do córrego Vicente Pires tem como limites, a oeste, a RA de Taguatinga; a leste, a RA do Guará; a norte, Brazlândia e ao sul, as RA's do Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo.

Pertencente à unidade hidrográfica do ribeirão Riacho Fundo, que faz parte da bacia hidrográfica do Lago Paranoá, o córrego Vicente Pires é o maior manancial da microbacia e é composto, em sua nascente, pelos córregos Cana-do-Reino e Cabeceira do Valo. A área drenada total é de 97 km, com o curso principal possuindo uma extensão de 12 km, recebendo como afluentes os córregos Samambaia, Águas Claras, Vereda da Cruz, Arniqueira e Vereda Grande, todos a margem direita. (Teixeira, 2003).

Localiza-se em uma área com 1.499,3 ha, com vegetação predominante de cerrado. É relativamente plana, com declividades moderadas. Atualmente, a vegetação

<sup>6</sup> A região geoeconômica de Brasília abriga um dos mais importantes e singulares divisores de águas do Brasil. De uma área relativamente restrita, situada no planalto do Distrito Federal, partem cursos d'água que drenam para as bacias hidrográficas dos rios Tocantins, São Francisco e Paraná. Fonte: Agência Reguladora de Água e Saneamento – ADASA do DF. Disponível em <http://www.adasa.df.gov.br> Acesso em 12/03/2011.

nativa se restringe às margens dos córregos Samambaia e Vicente Pires – mata ciliar – representando, aproximadamente, 09 ha, somente.

A Colônia Agrícola Vicente Pires é uma das maiores regiões agrícolas do Distrito Federal, não só em extensão, mas sobretudo pelo número de glebas onde, inicialmente, existiam 358 chácaras, dessas 310 estavam sob regime de concessão de uso ou arrendamento pela extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF. Outras 48 glebas estavam em regime de posse. Idealizada na época da construção de Brasília, Teixeira (2003) afirma que:

Esta Colônia existe desde 1960. O Presidente Juscelino transferiu algumas famílias de agricultores japoneses que moravam às margens dos córregos nas regiões de Taguatinga, Samambaia e Águas Claras para a Fazenda Brejo Torto. Nessa ocasião, embora a União tenha promovido uma ação de desapropriação das terras tidas como pertencentes a um particular, não chegou a haver, de fato, uma definição sobre a quem elas pertenciam realmente. Posteriormente, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal arrendou uma grande parte da referida Fazenda Brejo Torto, para repassar a área aos agricultores. (Teixeira, 2003, p. 47).

Criada oficialmente em 1984, denominada área rural remanescente, sua condição inicial era de 357 pequenos produtores e apenas um grande produtor. Desses 358, 348 possuíam propriedades de até 5 ha e 10 lotes possuíam entre 5 e 10 ha.

Desviada de sua função agrícola, as feições territoriais, e urbanas, da atual Colônia Agrícola Vicente Pires são as seguintes: das chácaras destinadas à produção de frutas e hortaliças, 290 foram parceladas irregularmente e ocupadas por moradias. Os lotes fracionados foram vendidos pelos próprios arrendatários das chácaras, dividindo-se os terrenos arrendados em 1.350 lotes de 800 m<sup>2</sup> cada, formando condomínios residenciais.

Dados de 2007 sinalizavam para a existência de mais de 08 mil imóveis na área, além de um total de mais de 45 mil pessoas habitando a região. Dados de 2011, obtidos pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, feita pela CODEPLAN (2011), indicam 75.162 habitantes e 19.753 imóveis. Teixeira (2003) contabilizou, em 2003, um total de 25.000 habitantes, ou seja, em um intervalo de 08 anos, a população residente na área mais que triplicou, num intenso processo de uso e ocupação do solo irregular, as margens da legislação, fundiária e/ou ambiental o que, certamente, coloca em risco os mananciais existente. O quadro abaixo demonstra o crescimento populacional da área:

**Quadro nº. 01 – Evolução Demográfica da Colônia Agrícola Vicente Pires<sup>7</sup>**

	<b>Censo Demográfico 1991</b>	<b>Contagem 1996</b>	<b>Censo Demográfico 2000</b>	<b>Teixeira, 2003</b>	<b>GDF – SEDUH, 2006b</b>	<b>PDAD – CODEPLAN, 2011</b>
População	1.675	2.067	10.866	25.000	45.000	75.162
Domicílios	405	518	3.948	---	8.000	19.753

<sup>7</sup>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991 – Dados do arquivo do Universo (1992).

IBGE – Contagem de 1996 – Dados do arquivo Universo (1996).

IBGE – Censo 2000 – Dados do arquivo Universo (2000).

Teixeira, 2003 – Ver bibliografia.

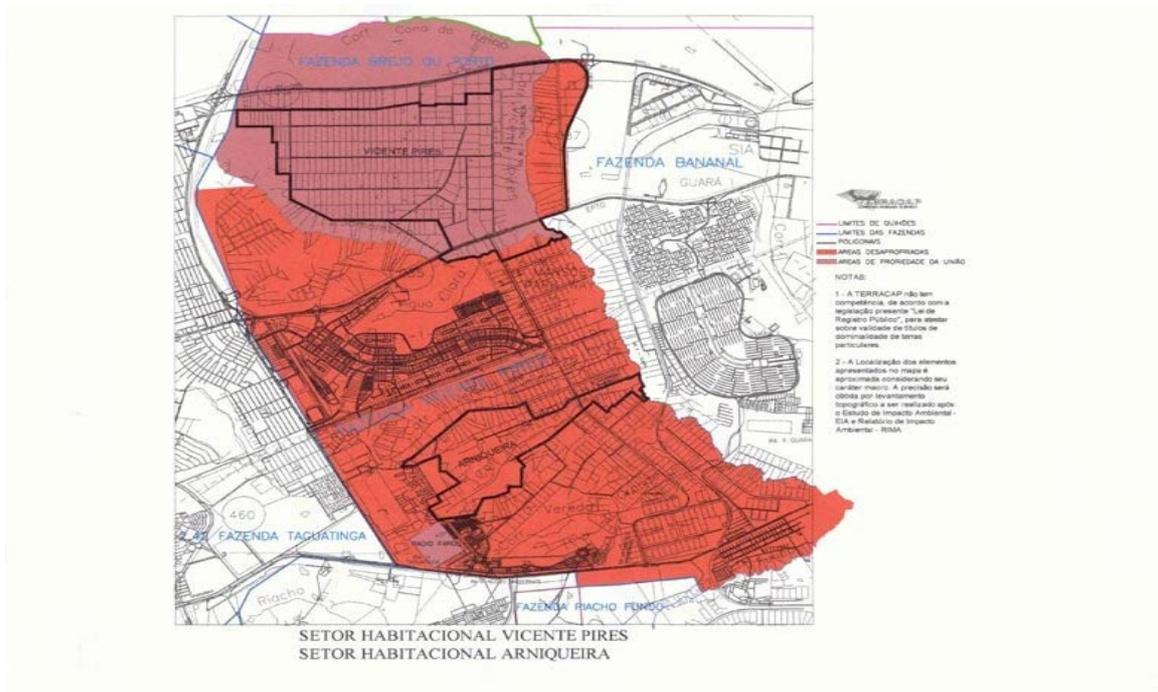
Governo do Distrito Federal – SEDUH (2006b) – Ver bibliografia.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/CODEPLAN, 2011.

Obs: Tabela formatada pelo Autor.

De um modo geral, pode-se concluir, portanto, que os riscos aos mananciais existentes na área são oriundos da alteração na paisagem da Colônia Agrícola Vicente Pires, inicialmente rural e, atualmente urbana, provocada pela instalação de atividade urbana, que se deu sem prévio planejamento, como vem ocorrendo em todo o Distrito Federal. A figura abaixo delimita a área em questão:

Figura nº. 05 – Colônia Agrícola Vicente Pires e Adjacências<sup>8</sup>



## 5.1 Recursos hídricos em Risco: a Transformação da Área em Zona Urbana

Na concepção das zonas rurais, Penna (2003), informa que “as zonas rurais passariam a formar uma espécie de cinturão verde, denominado de “anel sanitário”, circundando toda a região onde foi construído o Plano Piloto, cujas terras foram desapropriadas em favor do Estado”. A criação desse cinturão verde, além de favorecer a produção de frutas e hortaliças, seria um meio de frear a expansão horizontal da cidade.

A constituição dos usos do solo no Distrito Federal é uma das questões centrais na transformação da Colônia Agrícola Vicente Pires, uma vez que a dualidade público-privado é latente na região.

Muitas áreas, como Penna informou, foram desapropriadas em favor do Estado, entretanto, várias outras, de domínio privado, não. A dúvida/desconhecimento entre o que é terra pública e o que é terra privada influenciou, e influencia, nos parcelamentos do solo, daí advém uma das principais causas da transformação de área rural para área urbana: o parcelamento ilegal do solo. Assim, áreas de baixa densidade demográfica, principalmente as de uso rural como a Colônia Agrícola Vicente Pires e, relativamente próximas ao Plano Piloto, são substancialmente vulneráveis à ocupação, fragmentação e parcelamentos, sobretudo, áreas que não se tem claramente definido de quem é a posse, se do Estado ou de particulares. Cidade (2003) aponta o início dessa transformação em

<sup>8</sup> Fonte: Companhia Imobiliária do DF – TERRACAP.

meados de 1985, ao fim da fase de consolidação da cidade:

Nessa fase, a classe média buscava uma solução para sua questão habitacional, em um período em que escasseava o apoio do governo, enquanto no Plano Piloto os imóveis se situavam fora de alcance, em razão dos elevados preços. Canalizando essa insatisfação e contando com a não fiscalização por parte do governo, alguns “*empreendedores*” privados começaram a oferecer parcelamentos não legalizados de terras rurais para fins urbanos [...] Essa tendência, então incipiente, tornar-se-ia uma das forças de estruturação do território no DF na fase de expansão, diante da ausência de uma regulamentação pública efetiva. (Cidade, 2003, p. 171).

Nessa medida, pode-se inferir que o grande vetor de ocupação/transformação da Colônia Agrícola Vicente Pires, em síntese, foram:

- Os primeiros proprietários das chácaras, que tiveram a posse da terra sob concessão e repassaram essa concessão à terceiros;
- Grileiros e invasores que foram, em sua maioria, os que compraram essa concessão por parte dos primeiros proprietários;
- Aos compradores, que adquiriram terras com a promessa de uma remota regularização e, sabendo que essa regularização de terras pode, ou não, acontecer; e
- Ao governo local, por permitir que a primeira construção, a primeira venda fosse feita sem autorização ou às margens de legislações fundiárias e ambientais.

Por fim, infere-se que, enquanto estes atores forem os responsáveis pela gestão do território e continuarem a atuar dessa forma, os impactos ambientais se perpetuam indefinidamente, não sendo visualizada alguma solução ambientalmente sustentável, o que consubstanciará em danos graves a microbacia do Riacho Fundo e, por consequência, a Bacia do Paranoá. Os reflexos dessa ingerência do território já estão sendo sentidos e a convulsão urbana se tornará irremediável a curto prazo, principalmente para os recursos hídricos.

## 6. Os Impactos Ambientais nos Recursos Hídricos

### 6.1 Como Zona Rural

Quando do início da composição da área, que viria ser denominada Colônia Agrícola Vicente Pires, os primeiros ocupantes, chacareiros, fizeram parte de um programa de governo proposto pela extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF em janeiro de 1987. A FZDF apresentou um projeto de parcelamento rural, no qual são criadas diversas Colônias Agrícolas. A época, 1992, as chácaras foram arrendadas por 30 anos, sendo denominada Área Rural Remanescente – ARR. Tal denominação/categorização implicava na manutenção da área como rural.

Em 1992, quando ainda detinha características rurais, a Colônia Agrícola Vicente Pires era servida por 02 escolas de 1º grau, 01 Posto dos Correios, 01 Posto avançado da EMATER, 01 Feira do Produtor, 02 Centros Comunitários, 02 Associações e 01 Posto Policial. A época, quase a sua totalidade dispunha de sistema de eletrificação rural. As vias de tráfego interno das comunidades atendiam as necessidades e contavam com acesso à estradas asfaltadas. A mão-de-obra era composta principalmente por migrantes nordestinos e grande parte de migrantes mais próximos, advindos da região hoje denominada Entorno.

As chácaras mais produtivas concentravam-se nas proximidades dos córregos existentes na área, Córrego Samambaia e Córrego Vicente Pires tendo em vista o solo hidromorfo que facilita as atividades agrícolas realizadas na época.

As principais atividades desenvolvidas na Colônia Agrícola Vicente Pires como zona rural foram a olericultura e o cultivo de plantas ornamentais. A produção era comercializada no atacado e no varejo, na Feira do Produtor, localizada na entrada principal da Colônia Agrícola Vicente Pires, funciona sempre aos finais de semana, todavia, a maioria dos comerciantes da Feira do Produtor, atualmente, são de outros núcleos rurais. Dentre os vários produtos cultivados, destaca-se o milho, em área média de 1,5 ha por produtor, conforme o quadro abaixo demonstra:

**Quadro nº. 02 – Grandes culturas desenvolvidas na Colônia Agrícola Vicente Pires<sup>9</sup>**

<i><b>Produto</b></i>	<i><b>Área</b></i>	<i><b>Padrão</b></i>	<i><b>Produção</b></i>
Milho	630 ha	Produtividade Média	1.800 Kg/ha
Arroz	72 ha	Produtividade Média	500 Kg/ha
Mandioca	20 ha	Produtividade Média	1.600 Kg/ha
Feijão	10 ha	Produtividade Média	400 Kg/ha

Os dados acima mostrados são relativamente bons, tendo em vista o baixo índice de fertilidade do solo, sobretudo composto por uma elevada acidez, característica inerente aos solos do planalto central.

Já anteriormente mencionadas, as propriedades mais próximas às margens do Córrego Vicente Pires que totalizam, aproximadamente, 48 produtores em uma área de cerca de 31 ha, eram os que se dedicavam, quase que exclusivamente, à produção de folhas representados, principalmente, pela cultura do alface, conforme o quadro abaixo demonstra:

**Quadro nº. 03 – Olericulturas desenvolvidas na Colônia Agrícola Vicente Pires<sup>10</sup>**

<i><b>Produto</b></i>	<i><b>Área</b></i>	<i><b>Padrão</b></i>	<i><b>Produção</b></i>
Alface	9,0 ha	Produtividade Média	13.000 Kg/ha
Chuchu	7,5 ha	Produtividade Média	80.000 Kg/ha
Cebolinha	5,0 ha	Produtividade Média	26.000 Kg/ha
Coentro	4,0 ha	Produtividade Média	38.000 Kg/ha
Couve	3,0 ha	Produtividade Média	60.000 Kg/ha
Agrião	2,5 ha	Produtividade Média	65.000 Kg/ha

Existiam também a cultura de frutas, além das plantas ornamentais, já citadas.

Acerca dos impactos nos recursos hídricos da área, gerados pela atividade agrícola, predominante em meados de 1990, pode-se constatar que eram bem menores e menos agressivos:

- A impermeabilização do solo era mínima;

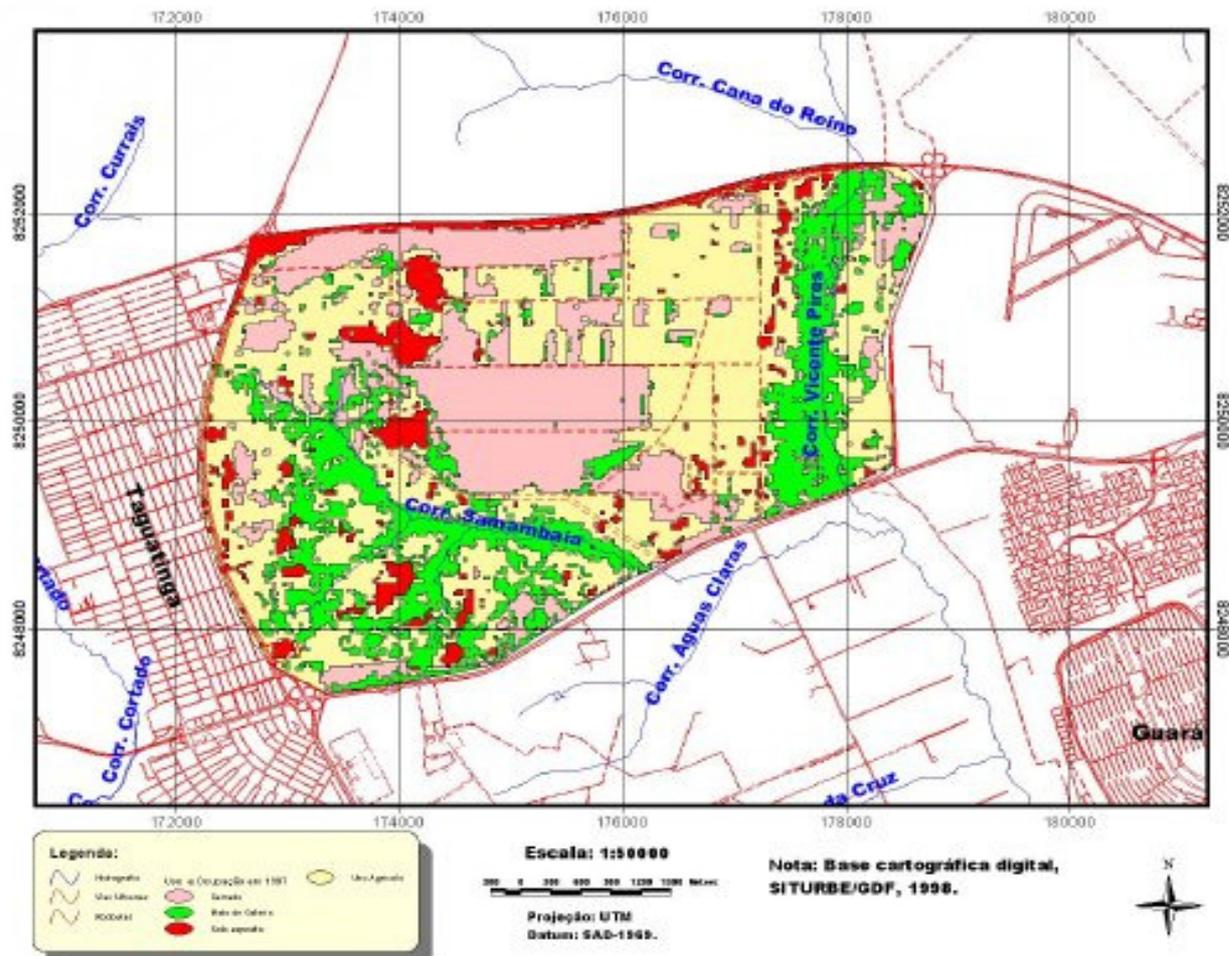
<sup>9</sup> Fonte: EMATER, 1991.

<sup>10</sup> Fonte: EMATER, 1991.

- Havia grande parte da cobertura vegetal, protegendo o solo de possíveis erosões;
- As matas ciliares existiam e cumpriam sua função de impedir o assoreamento dos Córregos Vicente Pires e Samambaia;
- Os mananciais não estavam sujeitos à contaminações diversas, tais como lixo, entulho, nem tampouco sujeitos ao aterramento;
- Praticamente todas as áreas de vereda não eram ocupadas, devido às suas características impróprias para ocupação – solo úmido que se comunica diretamente com o lençol freático;
- Não havia indícios de processos erosivos;
- A baixa densidade populacional favorecia a preservação/uso racional como um todo dos recursos existentes na área.
- Os recursos hídricos, representados principalmente pelos Córregos Samambaia e Vicente Pires, eram tratados como pertencentes à APP, uma vez que não havia ocupações a menos de 250 metros dos corpos d'água e 300 metros de nascentes;
- Sendo tributário do Lago Paranoá, o abastecimento não seria descontinuado ou minimizado, uma vez que a vazão dos córregos acima citados seriam mantidas; e
- O lençol freático não era agredido com retiradas contínuas de suas águas subterrâneas;

A imagem e quadro abaixo, relativos à 1987, corroboram as afirmações acima e ilustram a Colônia Agrícola Vicente Pires e sua configuração, como zona rural:

**Figura nº. 06 – Imagem da área da Colônia Agrícola Vicente Pires e as categorias de uso e ocupação do solo, em 1987**



Quadro nº. 04 – Quantificação das categorias de uso e ocupação do solo na Colônia Agrícola Vicente Pires, em 1987

<i>Uso</i>	<i>Área</i>	<i>Perimeter</i>	<i>Hectares</i>
Cerrado	5.982.263.478	126.889.079	598.226
Mata de Galeria	4.781.864.476	162.048.478	478.186
Solo exposto	1.710.263.660	77.756.964	171.026
Uso Agrícola	10.914.955.241	232.505.144	1.091.496

Todavia, não se pode considerar, e este estudo não se propõe a tal, indicar a utopia ambiental e urbana, onde a Colônia Agrícola Vicente Pires, como zona rural, seria a forma “perfeita” para conservação e manutenção dos recursos hídricos lá existentes, sobretudo porque também gerava impacto, todavia em menor e menos agressiva escala face à atual configuração, urbana, alvo do próximo tópico deste estudo.

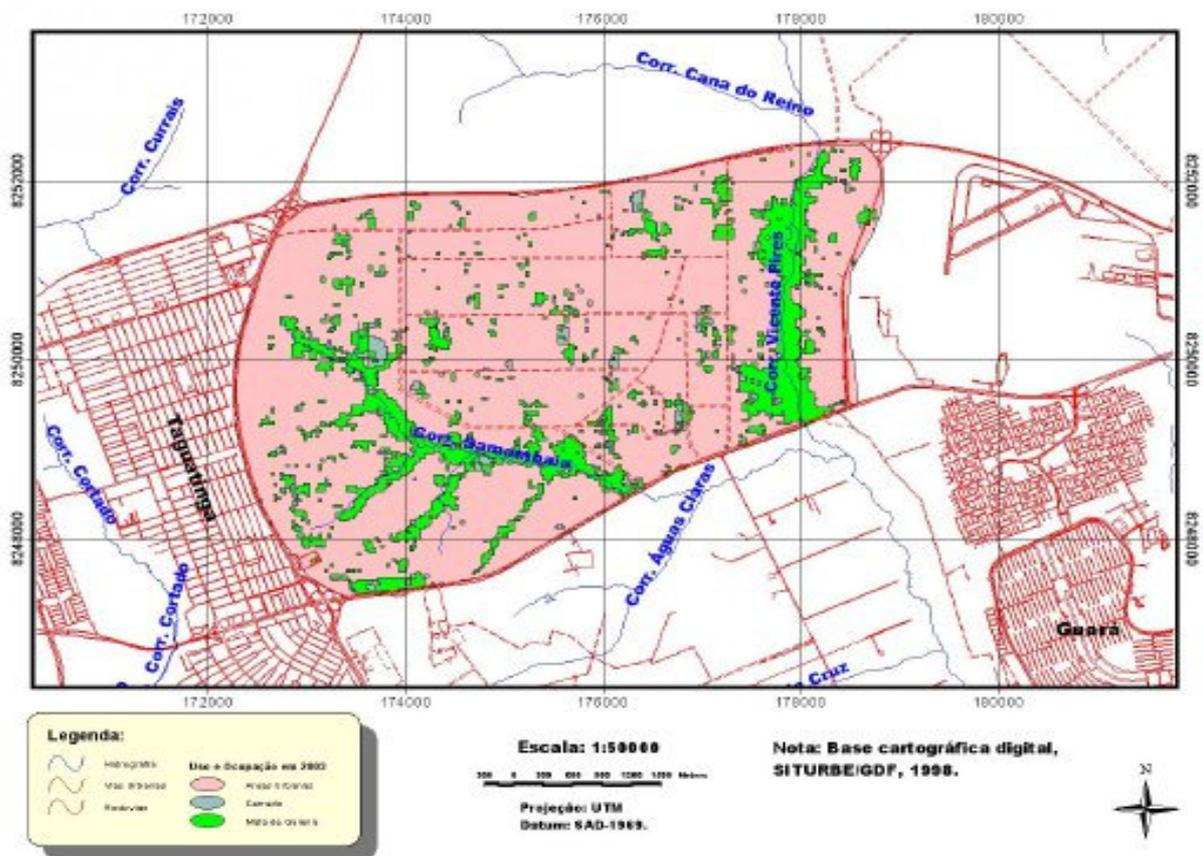
## 6.2 Como Zona Urbana

Aspecto central deste estudo, este tópico visa analisar os impactos ambientais, especialmente sobre os recursos hídricos, advindos de um tipo de ocupação desordenada, acelerada e irregular, em curso, na Colônia Agrícola Vicente Pires. Com a área caracterizada e seu processo de transformação de área rural para área urbana elucidado, é cabível nos debruçarmos sobre as feições urbanas da área.

Atualmente, o cenário de uso e ocupação do solo na Colônia Agrícola Vicente Pires, atingiu níveis irreversíveis, sendo plausível admitir a atual realidade urbana da área, desviada de sua função rural. Sua desconstituição representaria a criação de um grave problema social. A presença ostensiva da atividade urbana em uma área ambientalmente delicada é o que torna crítica não só a situação fundiária mas, principalmente, a situação ambiental de uma área transformada velozmente e sem qualquer planejamento. Como zona urbana, alguns já denominando a área como Setor Habitacional Vicente Pires, a consolidação dos condomínios horizontais é a principal característica da área, ou seja, das 358 chácaras destinadas à compor o cinturão verde na produção de frutas e hortaliças, cerca de 290 foram parceladas, resultando em, aproximadamente, 30 lotes por chacara. Em quase todas as chácaras, o lote de 03 hectares (100x300) foi dividido em sub-lotes de 800 m<sup>2</sup>, aproximadamente (46x18). E, ratifica-se, apenas 68 chácaras ainda detêm algumas feições rurais, revelando o intenso processo de transformação da área.

A imagem e quadro abaixo, relativos ao ano de 2003, ilustram a transformação da área, do início da atividade urbana até sua consolidação atual:

Figura nº. 07- Imagem da área da Colônia Agrícola Vicente Pires e as categorias de uso e ocupação do solo, em 2003



Quadro nº. 05 – Quantificação das categorias de uso e ocupação do solo na Colônia Agrícola Vicente Pires, em 2003

<i>Uso</i>	<i>Área</i>	<i>Perimeter</i>	<i>Hectares</i>
Áreas Urbanas	19.332.221.604	157.405.879	1.933.222
Cerrado	20.905.637	47.286.215	2.091
Mata de Galeria	89.781.847	133.794.184	8.978

Acerca dos impactos ambientais aos recursos hídricos, gerados pela transformação em área urbana que, para este estudo é a classificação vigente, todo o geossistema encontra-se alterado, dado não ter havido quaisquer tipos de planejamento quando se implementou os atuais condomínios horizontais no território que compreende a área, foco deste estudo. Quando da instalação da atividade urbana, o primeiro sistema que dá sinais de degradação é o solo. Cabe ressaltar que já em 2005, no DF, havia cerca de 1.252 áreas com focos erosivos em 19 regiões administrativas, de modo que a falta de planejamento urbano é a grande causadora de tais processos erosivos. Há vinte anos atrás, os focos de erosão do solo somavam apenas 84, quase 15 vezes menos do que o cenário atual (Martins, 2005). Os sulcos mais comuns são aqueles provenientes do escoamento da chuva sem canalização correta, de modo que a água escoava sobre o solo em grande volume e velocidade. Tal problema é agravado devido à composição do solo

onde está assentado o DF, naturalmente suscetível à degradação. Nos períodos chuvosos, meses de novembro à fevereiro, o número de erosões pode ter um acréscimo de 10%. Não obstante, os resíduos desses processos erosivos, muitas vezes, se depositam diretamente no leito dos córregos Samambaia e Vicente Pires, provocando o assoreamento dos mesmos.

Dentre as várias causas dos processos erosivos na Colônia Agrícola Vicente Pires, existem algumas preponderantes, tais como as empresas que retiram materiais que serão usados na construção civil; impermeabilização do solo, que impede a infiltração das águas no subsolo; o uso indiscriminado de áreas tendenciosas à erosões; e a retirada da cobertura vegetal, que causa o escoamento da água, ao invés de sua infiltração no subsolo.

Assim, uma das principais causas é a impermeabilização do solo, devido às construções das casas e a ausência de infra-estrutura básica para escoamento da água da chuva. Tal processo também é muito comum em todo o DF. Cabe ressaltar que a impermeabilização do solo impede a recarga do lençol freático existente no subsolo da área. Por onde a água escoar, devido ao seu volume e velocidade, a água pluvial forma sulcos – ravinas – no terreno, muitas vezes frágil e sem cobertura vegetal. Tal volume e velocidade da enxurrada aumentam o tamanho das ravinas por onde água escoar, acelerando o processo erosivo. O estágio inicial, de pequenos sulcos, pode ser resolvido com simples reparo no solo, todavia, em vários pontos da Colônia Agrícola Vicente Pires tais reparos, muitas vezes, nunca foram feitos, de modo que estão se transformando em voçorocas, tipo mais avançado de erosão.

Outro aspecto acerca da ocupação desordenada e irregular em curso na Colônia Agrícola Vicente Pires diz respeito à devastação do cerrado nativo, especialmente nas duas últimas décadas, período de transformação da área rural em urbana<sup>11</sup>. Tal devastação, conforme anteriormente apontado por Unesco (2000), resulta nos processos erosivos, já descritos e, principalmente, na desproteção dos mananciais da área, onde a vazão dos córregos Vicente Pires e Samambaia tem diminuído substancialmente e, o assoreamento, está sendo diretamente proporcional à devastação, com o cerrado nativo dando lugar ao asfalto e ao concreto. Em campo, foi constatado que a profundidade do córrego Samambaia, em vários pontos, não ultrapassa 10 cm, com o curso d'água encurtando sua largura, tendo em vista que nesses pontos, a largura não chegava a 1 metro. Tal fato é causado, principalmente, pela retirada da mata ciliar na faixa dos 30 metros das margens dos córregos para construção de casas e condomínios.

Também decorrente da construção das casas, há o aterramento de nascentes, fator totalmente prejudicial e indiscriminado que acontece em várias chácaras na Colônia Agrícola Vicente Pires. O aterramento compreende o depósito de areia avermelhada e concreto sobre o corpo d'água, para construção de casas. Após o aterramento, ocorre a impermeabilização do solo, alterando toda sua dinâmica. Como consequência, a água não infiltra no subsolo, o que pode causar o ressecamento do lençol freático. Somado à isso, tem-se a retirada da cobertura vegetal, que dentre vários efeitos ambientais negativos, o principal é o assoreamento dos córregos que acabam por receber todo e qualquer tipo de dejetos, implicando em seu assoreamento.

Há diversas outras chácaras onde tal processo também ocorre, além de ocupação em solos de vereda. Ao longo dos 12 Km do córrego Vicente Pires existem cerca de 132

---

<sup>11</sup> Conforme as figuras nº 06 e figura nº 07, além dos quadros nº 04 e quadro nº 05 mostraram, comparando-se os mesmos.

casas edificadas em APP<sup>12</sup>.

A antiga chácara 43, ou atual condomínio Green Garden, é um dos casos mais graves. Ainda em 1999, a chácara contava com uma vegetação exuberante, brejos intactos, além da presença de quaresmeiras, jaborandis e vários buritis<sup>13</sup> – indicativos de corpos d' água e também de APP. De 1999 aos dias de hoje ocorreu que, em praticamente toda a chácara, por cima da terra preta característica de brejo, foram depositadas toneladas de terra vermelha para a construção das casas. Mesmo com essa irracional iniciativa, por parte dos fracionadores, em época de chuvas, toda a rua fica encharcada porque o pouco que resta do lençol freático aflora. A chácara 43 está, portanto, em uma das áreas mais sensíveis, uma vez que está assentada em um brejo desmatado e uma nascente corre em um lote da penúltima rua.

O córrego Samambaia apresenta aspectos mais graves de impactos ambientais. A mata ciliar está praticamente extinta, sua vazão e tamanho está drasticamente em risco, principalmente pela proximidade das ocupações e efeitos antrópicos prejudiciais à sua conservação e manejo. O manancial está prejudicado também pela contaminação do lixo, indiscriminadamente lançado em seu leito. Tal problema suscita a contaminação do solo e, por consequência, a contaminação dos mananciais e corpos d' água.

Com o uso indiscriminado do lençol freático, principalmente pela construção de poços tubulares profundos e fossas sépticas, as águas subterrâneas também são contaminadas. A situação atual é de um lençol freático contaminado, com água imprópria para consumo, representando grande risco à saúde humana. Sem saneamento básico – representado principalmente por redes de água e esgotos – os moradores constroem indevidamente poços, cisternas e fossas. A precariedade das instalações contribuiu/contribui fortemente para a contaminação das águas subterrâneas e corpos d' água.

O córrego Vicente Pires apresenta sinais menos graves de impactos ambientais decorrentes da ocupação urbana. A mata ciliar, apesar de fortemente devastada, ainda apresenta maior volume do que no córrego Samambaia, contudo, as ocupações estão bem próximas ao corpo d' água, contrariamente aos 30 metros definidos pela legislação vigente. O córrego apresenta, portanto, elevados índices de turbidez e matéria orgânica, uma vez que o mesmo já nasce em área degradada, próximo ao “Lixão da Estrutural”, sofrendo inúmeras interferências até desaguar na Bacia do Riacho Fundo e, posteriormente, na Bacia do Lago Paranoá.

A Bacia do Paranoá é formada por quatro unidades hidrográficas: o Ribeirão do Gama, o Riacho Fundo, o Ribeirão Bananal e o Santa Maria/Torto. Cada ribeirão, por sua vez, é formado por uma infinidade de pequenos e médios córregos. A unidade mais vulnerável é a do Riacho Fundo, pois o córrego corta cidades como o Guará, Núcleo Bandeirante, além da Colônia Agrícola Vicente Pires, sendo degradado com o crescimento urbano. Os córregos Samambaia, Vicente Pires, Arniqueira, Vereda da Cruz,

<sup>12</sup> Acerca da legislação pertinente, a Lei Federal 4.771/1965 considera Área de Proteção Permanente (APP) as florestas e demais vegetações naturais ao longo de qualquer curso d' água, topos de montanhas, serras e encostas com declividade superior à 45%. A ocupação só é permitida a uma distância mínima de 30 metros dos córregos e 50 metros de nascentes. O descumprimento da lei é crime, com pena de 03 meses a 01 ano de prisão, ou multa de 01 a 100 salários mínimos. Há também a Resolução 369/2006 do CONAMA que abre exceções para ocupação em APP, todavia somente para interesse público, social ou atividades de baixo impacto. Para moradias, não há quaisquer possibilidades. Em APP só podem ser construídas ciclovias, tubulações para captação de água, rampas de lançamento de barcos e ancoradouros, dentre outros.

<sup>13</sup> O Buriti (*Mauritia flexuosa mart.*) árvore típica do cerrado, é protegida pela Resolução 303/2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Vereda Grande e o próprio Riacho Fundo são os mais comprometidos. Ou seja, todos os problemas provenientes dos córregos existentes na Colônia Agrícola Vicente Pires, córrego Samambaia e córrego Vicente Pires, vão “desaguar” no Lago Paranoá, uma das principais fontes de abastecimento de água potável para todo o DF.

Assim, percebe-se que os impactos ambientais gerados pela instalação da atividade urbana sem prévio planejamento, como ocorreu indevidamente na Colônia Agrícola Vicente Pires, tende a gerar problemas hídricos graves não somente em escala regional, mas sobretudo em escala de Distrito Federal. Percebeu-se também que o primeiro impacto gerado irá conceber outro, que irá desencadear outro e assim por diante. Por exemplo, ao se impermeabilizar o solo, para a construção de casas, a água das chuvas deixa de infiltrar no subsolo, que causará erosões variadas, que ressecará o lençol freático, que comprometerá o abastecimento da Bacia do Riacho Fundo, que comprometerá o abastecimento do Lago Paranoá e, por fim, trará problemas para o abastecimento de água potável em todo o DF.

Visualiza-se, portanto, graves problemas ambientais resultantes da transformação da área da Colônia Agrícola Vicente Pires, agravados pela expansão da malha urbana em uma área ambientalmente sensível, sobretudo para os recursos hídricos existentes, já saturados e fortemente prejudicados pela atividade urbana descontrolada e irracional. É através do conhecimento e da investigação sobre causas, processos e prováveis conseqüências que serão mostrados caminhos para uma reflexão e para o encaminhamento de soluções ágeis, práticas e duradouras, de modo que o processo de uso e ocupação do solo aqui descrito não venha novamente a acontecer, caso contrário, haverá grandes chances de um descontrole, ambiental e urbano, irreversível no DF.

### **6.3 Atual Configuração e a Iminência de Riscos aos Mananciais**

Em termos de uso e ocupação do solo, a Colônia Agrícola Vicente Pires conta, atualmente, com quase 20 mil imóveis construídos e, aproximadamente, 76 mil pessoas. Os condomínios horizontais urbanos formados somam 400, aproximadamente, implementados no território que deveria abrigar o “cinturão verde” de Brasília, idealizado na época de sua concepção.

Tal concepção, planejada para que a área da Colônia Agrícola Vicente Pires abrigasse cerca de 358 chácaras para fins rurais, desvirtuou-se com o parcelamento irregular de cerca de 290 chácaras, resultando em apenas 68 chácaras com algumas características rurais, refletindo sua transformação, de área rural para área urbana em consolidação, gerando impactos graves à manutenção e conservação dos corpos d'água existentes.

Tais impactos, resultantes da atual configuração urbana da área afetam, principalmente, os recursos hídricos, acometidos pela expansão urbana indiscriminada, representada pelas ocupações em áreas de vereda, às margens de nascentes e corpos d'água, assoreando os córregos Vicente Pires e Samambaia. Também representados pelo avanço das erosões, esgotamento do lençol freático, poluição de mananciais, desmatamento e impermeabilização do solo, resultando na redução da recarga dos aquíferos, sobretudo pela exploração intensiva e desordenada do lençol freático, devido à criação de incontáveis poços artesianos, perfurados sem qualquer controle pela própria população lá residente.

A atual configuração também revela total ausência de infra-estrutura urbana na área da Colônia Agrícola Vicente Pires e, sua questão fundiária e ambiental não se restringe à regularização de condomínios, nem tampouco à forma como se

operacionalizará tal regularização, se pela venda direta, licitação ou qualquer outra medida, principalmente que esteja em consonância com o meio ambiente e a geomorfologia regional. Praticamente todo o comércio existente na Colônia área funciona na ilegalidade. Estima-se que haja cerca de 2.000 estabelecimentos comerciais no setor que funcionam sem qualquer tipo de documentação ou normatização, salvo raras exceções, baseadas em precários alvarás ou liminares judiciais.

## 7 Considerações Finais

O processo acelerado e desordenado de expansão urbana, em curso, na Colônia Agrícola Vicente Pires aqui elucidado demonstra, cabalmente, a falta de vontade política em extirpar tal modalidade de uso e ocupação do solo, dado as conivências e omissões que, em quase duas décadas, resultaram em danos ambientais graves no território onde está assentado o DF. Assim, pode-se afirmar que um dos maiores problemas, tanto do ponto de vista urbano, como do ponto de vista da conservação dos recursos hídricos com que se defronta a capital federal é a ocupação irregular do solo.

Embora Brasília tenha sido planejada, apenas no Plano Piloto tal planejamento se perpetuou com o decorrer dos anos. No restante do núcleo urbano, nasceram 30 cidades-satélites e mais de 500 parcelamentos irregulares. Há dados que indicam que o DF já abriga, cerca de 2.300.000 habitantes e os problemas antes vistos somente em cidades de grande porte, já estão sendo sentidos pelos brasilienses, numa cidade que acabara de completar 50 anos de fundação. Trânsito intenso, infra-estrutura urbana deficitária, fluxo excedente de pessoas, queda na qualidade vida, poluição do ar e, claro, prejuízos e danos ambientais, todos resultantes de ingerências seculares com o território que compõe o DF, maculando todo o projeto previsto.

Nesse rumo, o comprometimento dos recursos hídricos é iminente, consubstanciando em problemas de abastecimento para toda a população. A preservação dos mananciais é emergencial, sobretudo dos córregos Vicente Pires e Samambaia, pertencentes à bacia do Riacho Fundo, tributária do Lago Paranoá. A retirada de ocupações próximas aos referidos córregos é a primeira medida a ser implementada, uma vez que o nível de assoreamento atual causará a extinção de ambos. Replanteio de mudas nativas, tais como ipês, copaíbas, anjicos, landins, oitis, tamburis e vinháticos, a serem obtidas junto ao Jardim Botânico de Brasília, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, NOVACAP, além de planos setoriais de Educação Ambiental contribuirão para a diminuição da degradação, já avançada, dos referidos córregos. O fim da impermeabilização do solo na área, com a instalação de bloquetes intertravados, ou tijolos ecológicos, minimizariam as já visíveis voçorocas e facilitaria a recarga dos aquíferos. A proibição dos poços artesianos e fossas sépticas aliviarão a exaustão ao qual o lençol freático está sujeito. Implementação, portanto, de redes de água e esgotos são imprescindíveis, assim como infra-estrutura urbana.

São necessários, portanto, instrumentos e estratégias visando a um sistema urbano organizado e adequado, sob as óticas territorial e ambiental, o que não aconteceu na Colônia Agrícola Vicente Pires, remodelando, erroneamente, a paisagem de uma área que, em sua concepção, era de uso predominantemente rural. Mecanismos que promovam o acesso da classe média à moradias regulares também são imprescindíveis objetivando, ao menos, minimizar a proliferação dos parcelamentos irregulares no DF e o aqui elucidado, da Colônia Agrícola Vicente Pires.

Ocupações irregulares das classes média e média alta se expandiram em todo o território do DF, em um processo contínuo que se arrasta por mais de duas décadas onde

o poder público, que deveria ter agido inicialmente, não o fez, resultando em danos graves ao patrimônio ambiental, sobretudo, os recursos hídricos.

O imbróglio do planejamento urbano no DF é resultado, portanto, de uma gestão deficitária que privilegiou a doação de lotes e não fiscalizou ocupações irregulares que se proliferaram desde a década de 80 em áreas que não poderiam ter ocupações urbanas. Confunde-se acesso à terra com ocupação desordenada. Houve históricas omissões e conivências nos períodos em que o DF foi governado por Joaquim Roriz, com práticas irregulares de uso e ocupação do solo. A implantação da cultura do planejamento, antes da ocupação e a efetiva fiscalização em áreas, urbanas ou não, se mostram como as principais, porém, mais difíceis medidas a serem implementadas nos processos de uso e ocupação do solo, sobretudo em áreas onde há dúvidas quanto à real posse.

Este estudo investigou, portanto, as dinâmicas de uso e ocupação do solo na Colônia Agrícola Vicente Pires elucidando sua concepção inicial, como área rural; o processo de transformação de sua paisagem e sua atual configuração, urbana e os impactos ambientais gerados por essas dinâmicas aos recursos hídricos. Todavia, ressalta-se que este estudo não encerra a questão, haja vista várias outras dinâmicas estarem em curso, contudo, após tal investigação, pode-se concluir que Brasília está na contramão da história, nascida planejada e crescendo desordenadamente, confluindo para um cenário de convulsão urbana e ambiental, sobretudo para os recursos hídricos.

## 8 Bibliografia

CARVALHO J, W. M. de. Os condomínios em Brasília/DF: Questões ambientais. *In* Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Encontro Nacional da ANPEGE (6: 2005: Fortaleza, CE). **Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE** – Fortaleza: UFCE, 2005. p. 96-97.

CIDADE, L. C. F. “Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais”. *In* Paviani, A. e Gouvêa, L. A. de C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 157-180.

EMATER. **Plano de ação local: Vicente Pires**. Brasília: EMATER/DF, 1991.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH** Apud BRANDIM, Cecília. “Terras sem dono”. *Correio Braziliense*. Brasília: Caderno Cidades, p. 27. (17/02/2006)a.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH** Apud MADER, Helena. “Vicente Pires irregular e sem água”. *Correio Braziliense*. Brasília: Caderno Cidades, p. 23 (25/07/2006)b.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 416p.

MARTINS, E. O. **Cadastro georreferenciado de erosões no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental – Brasília, 2005.

PELUSO, M. L. “Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais”. *In* Paviani,

A. e Gouvêa, L. A. de C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 181-196.

PENNA, N. A. “Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições”. In Paviani, A. e Gouvêa, L. A. de C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 57-73.

SILVEIRA, D. P. de F. “Gestão territorial no Distrito Federal”. In Paviani, A. (Org.). **Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p. 145-166.

STEINBERGER, M. “Zoneamento Ecológico Econômico: instrumento geoestratégico”. In Paviani, A. e Gouvêa, L. A. de C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 267-299.

TEIXEIRA, L. S. **Vicente Pires: uma expressão da dinâmica da ocupação do território no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação – Brasília, 2003.

UNESCO. Vegetação no Distrito Federal: tempo e espaço. Brasília: Unesco, 2000 *Apud* STEINBERGER, M. “Zoneamento Ecológico Econômico: instrumento geoestratégico”. In Paviani, A. e Gouvêa, L. A. de C. (Orgs). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 267-299.

**Recebido em: 25/03/2011**

**Aprovado em: 29/03/2011**